

**A PREVENÇÃO DO CRIME PELO DESIGN AMBIENTAL (CPTED) E
OS DANOS CAUSADOS**

**THE PREVENTION OF CRIME FOR ENVIRONMENTAL DESIGN
(CPTED) AND DAMAGES CAUSED**

Eghon Jelsey da Costa Benicio

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Programa de Pós-Graduação
em Polícia e Segurança Pública, da
Academia de Policia Militar do Estado de
Goiás, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Pós-Graduação.

Orientador: Sidney Rodrigues Dos Anjos

Cidade Ocidental, 25 maio de 2018

Resumo

O presente trabalho encontra-se atrelado ao tema: CPTED - a prevenção criminal através do espaço urbano, no qual se trata de uma abordagem que institui que o ambiente pode influenciar no combate ao crime. Tendo como princípios Vigilância Natural, a Territorialidade, Controle de Acesso e a Manutenção do espaço construído. Porém o medo do crime tem influenciado por gerações o cotidiano das pessoas. Esta pesquisa visa analisar o nível da sensação de insegurança sentido através de ambientes selecionados. Para isso, são abordados ao longo da investigação, profissionais da Polícia Militar de Cidade Ocidental. Assim e como expetável, na base desta pesquisa está a abordagem Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED).

Foram traçados objetivos, que nortearam o caminho a ser seguido pela atividade. Para se conseguir cumprir os objetivos e responder às propostas, foram entrevistados o efetivo de profissionais atuando em determinada data na Unidade de Polícia e que estão constantemente visitando ambientes hostis, embora estejam atuando diariamente na área de segurança pública nenhum tinha consciência da proposta do trabalho, sendo analisado a posteriori estes casos.

Para além da parte prática, foi feita uma análise documental, ou seja, leitura de diversas obras e estudos de autores que contribuíram para a construção e evolução da CPTED, fazendo um compilado geral resultando na “revisão da literatura”.

Consequentemente na conclusão, percebemos que, apesar das respostas terem alertado os participantes para os problemas de segurança, esta não tem, até o momento um foco na aplicação prática pelas autoridades competentes, não havendo assim um efetivo trabalho de prevenção ao crime, tornando o trabalho da Segurança Pública mais exaustivo sendo os esforços aplicados mais no serviço reativo do que no proativo, como deveria ser, apesar de ser possível verificar nos exemplos práticos e teóricos as enormes diferenças quando se analisa um local projetado como base na CPTED.

Palavras-chave: CPTED, Medo do Crime, Territorialidade, Prevenção Criminal, Desenho Urbano

Abstract

1 . Introdução

A crescente taxa de criminalidade tem proporção direta com o grande aumento das cidades, questão essa que já foi abordada por diversos autores nos últimos anos, autores esses que abordaram diversas teorias determinando projetos e formas urbanas.

NEWMAN (1996) descreve que os programas de espaços defensivos têm o propósito comum de reestruturar o layout físico das comunidades para permitir que os residentes controlem as áreas em torno de suas casas. Isso inclui as ruas e terrenos fora de seus edifícios e os lobbies e corredores dentro deles. Para o autor o Espaço Defensivo depende mais da autoajuda do que da intervenção do governo.

A insegurança gera um grande impacto socioeconômico nas cidades, uma cidade na qual possua altos índices de violência, afetam tanto as indústrias quanto o comércio, fazendo assim com que produzam menos, vendam menos empregando assim menos funcionários realizando um grande “efeito dominó” muitas vezes difícil de solucionar. (MUSUMECI 2001).

O presente trabalho tem como tema a prevenção de crimes através do design ambiental no decorrer do desenvolvimento das cidades ao longo do tempo apontando diversos autores e propostas para adequação e construção de um ambiente inibidor de crimes.

Quando se fala em combate ao crime através do desenho urbano pressupõem-se que esse papel é unicamente exclusivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, não reconhecendo o papel primordial da população no efetivo combate ao crime. Daí a importância de se investigar a função da população em relação ao seu papel de Cidadão junto com o Estado e esses com o desenvolvimento urbano proporcionando a produção e manutenção de espaços urbanos seguros.

Vários autores conceituam a interação da população com o espaço urbano, , com a influência do ambiente físico e social, sobre as capacidade de inibir a ação do delinquente usando apenas o conhecimento adquirido com o passar do tempo.

Conforme Fernandes,

Os atores criminosos executam as suas decisões com base num processo racional, ainda que muito incipiente, sendo que as suas percepções podem ser manipuladas no sentido de induzir nos mesmos o sentimento de risco em relação ao cometimento de um determinado crime. Estas percepções, ao influenciarem o processo de tomada de decisão, poderão levar o potencial criminoso a optar por desistir da ação, se no

decorso do seu processo decisório concluir que os potenciais riscos superam os eventuais lucros derivados da ação criminosa (FERNANDES, 2007, p.51).

Neste contexto, o objetivo primordial a ser alcançado nesse estudo é, pois, ajudar na criação e adequação de espaços já construídos identificando alguns elementos dessas áreas urbanas que podem inibir o cometimento de crimes através de um ambiente seguro para a população.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se como recurso metodológico, a pesquisa bibliográfica, realizada a partir da análise pormenorizada de materiais já publicados na literatura e artigos científicos divulgados no meio eletrônico.

O texto final foi fundamentado nas ideias e concepções de autores como: NEWMAN (1972) JEFFERY (1971), FELSON (1998), BOBA (2009) e BONDARUK (2008).

2 . Referencial Teórico

“Nos últimos vinte anos, a delinquência e a violência chegaram a ponto de não mais serem vistas exclusivamente como problemas meramente criminais, mas também como reais obstáculos ao desenvolvimento, especialmente em áreas urbanas. ” (Revista Brasileira de Segurança Pública | Ano 2 Edição 3 Jul/Ago 2008)

Com o passar do tempo a população elaborou junto com seus especialistas estudos voltados ao espaço urbano, visando estabelecer algum padrão relacionado a taxa de crimes da qual vem aumentando gradativamente.

No decorrer do trabalho foram usadas fontes que visava tanto o aspecto bioclimático, quanto conforto ambiental, e as variantes que o espaço urbano proporciona para que o crime aconteça.

O trabalho se baseou em autores renomados nessa área, sendo então necessário citar Jeffery (1971), Bondaruk (2008), Newman (1972) e Jacobs (2000) no qual tratam em padronizar um desenho urbano livre de criminalidade e proporcionando uma melhor qualidade de vida a população.

Para dar enfoque na prevenção pratica e teoria do crime os trabalhos feitos por Felson e Clarke (1998) foram utilizados, citando os elementos mínimos para que o crime ocorra.

Para esclarecer alguns conceitos técnicos referentes a linguagem jurídica, o trabalho abordou os conceitos de crime considerados por Noronha (2007. p. 82), a Constituição da República (1988) e Giuseppe Maggiore (1951).

Newman aprofundou os estudos iniciados por Jeffery sobre a Prevenção de Crime através do desenho urbano (CPTED), desenvolvendo aplicações para serem usadas em todo o mundo, transformando então o usuário, até então grande contribuinte para o cometimento de delitos, em sujeito ativo da segurança ao seu redor, e não deixando apenas a responsabilidade de tal dever os agentes públicos, que por mais que possam ter treinamento e até atitude, muitas vezes não tem pessoal suficiente ou até mesmo equipamentos necessários.

O Espaço Defensável é o termo que Newman usa para mostrar o espaço que foi manipulado de tal maneira que consiga inibir a ação de criminosos, tornando um ambiente sociável, diminuindo o medo dos moradores e proporcionando uma melhor qualidade de vida no local. A conclusão do espaço defensável se deu após os seus estudos apontarem uma certa padronização com os ambientes urbanos e públicos, de acordo com os aspectos de controle de entradas, bem como iluminação e visualização do ambiente pôde-se ver que a maioria seguia uma mesma linha colaborando então com solução de problemas práticos dessa matéria.

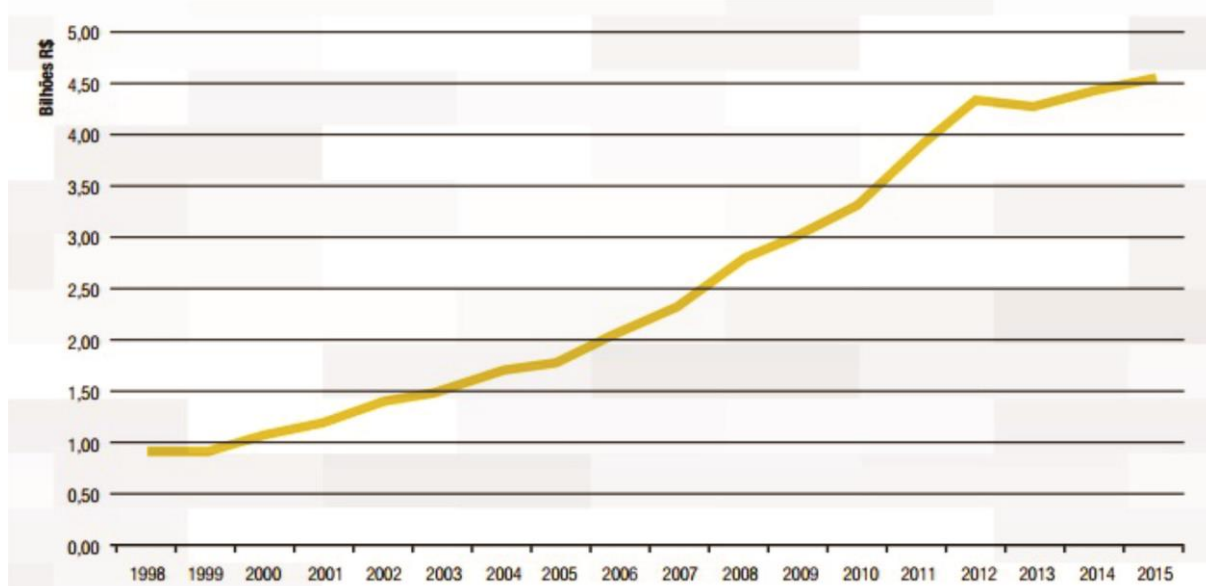
Um dos maiores problemas governamentais é com a segurança, esse fator vem se desenvolvendo gradativamente com o passar do tempo. A violência atinge a todas as classes, dos mais ricos aos mais pobres, a cidadania é uma garantia constitucional sendo dela atribuída também a parte de segurança, fazendo assim além de algo que é responsabilidade de todos, um dever do Estado.

Em sua obra, Valério de Oliveira Mazzuoli (2001) diz que:

“A concepção moderna de cidadania surge, então, quando ocorre a ruptura com o ancien régime absolutista, em virtude de ser ela incompatível com os privilégios mantidos pelas classes dominantes, passando o ser humano a deter o status de “cidadão”, tendo asseguradas, por um rol mínimo de normas jurídicas, a liberdade e a igualdade, contra qualquer atuação arbitrária do então Estado-coator” não obstante, a Constituição Federal prevê em seu artigo 144 que a segurança pública é dever do Estado” A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)” Constituição da República (1988)

A violência chega a gerar um grande impacto na economia de um País, no ano de 2016 o gasto com a segurança pública pela União, Estados e Municípios chegou a 76,3 Bilhões de reais.

Tabela.1 – Tabela de Evolução da Segurança Pública



FONTE: "Os Municípios e a Segurança Pública no Brasil: uma análise da relevância dos entes locais para o financiamento da segurança pública desde a década de 1990". Peres, Bueno e Tonelli, 2016.

O crescimento foi de 62% entre 2002 e 2015, sendo o maior crescimento nos municípios, totalizando 224,9% nestes e 86,2% da União e 61,6% dos Estados. Representando no PIB um valor de 1,38% dos gastos em Segurança Pública no País. (10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2016).

O desenvolvimento das cidades juntamente com o grande aumento populacional trouxe um grande problema de crescimento desorganizado ao meio no qual vivemos e com ele uma certa carência de serviços prestados pelo Estado, em especial a parte de segurança pública. Manuel Castells (Problemas de investigação em Sociologia Urbana, pg.92) conceitua: "...a cidade é o lugar geográfico onde se instala a superestrutura política administrativa de uma sociedade"

O sociólogo alemão Max Weber (1919) afirma que "O Estado é o detentor do monopólio legítimo da violência " tal premissa é concretizada a partir do momento que a sociedade de alguma maneira autorizou e tornou essa ação legítima. Ações em que o foco esteja voltado para a inibição de crimes contra pessoas e contra o patrimônio tanto público quanto privado tornaram-se necessárias, "para que tais crimes ocorram, deve haver uma convergência no tempo e espaço de três elementos mínimos: um provável agressor, um alvo

adequado, a ausência de um guardião capaz de impedir o crime” (CLARKE e FELSON, 1998, p. 4). O guardião nesse caso não precisa ser um policial ou guarda de segurança, mas sim qualquer pessoa cuja presença ou proximidade desencoraja o crime. Assim, uma dona de casa ou porteiro, um vizinho ou colega de trabalho tenderia, simplesmente por estar presente, para servir como guardião, apesar disso um policial ainda tem um poderoso impacto contra o crime.

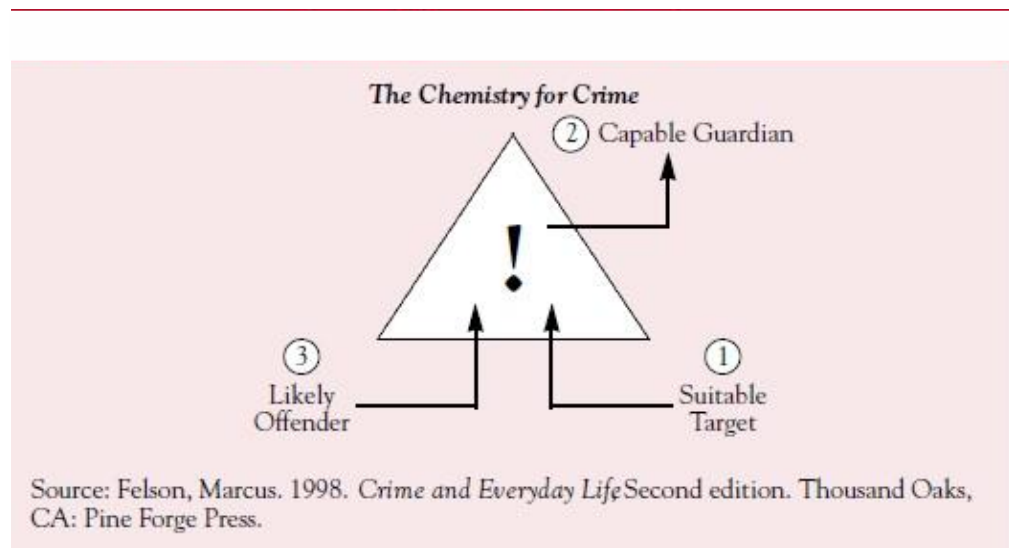


Figura 1.1 - Teoria da atividade de rotina e Triângulo do crime básico

FONTE Opportunity Makes the Thief

Para Clarke e Felson (1998) o criminoso após cometer o delito pode involuntariamente ser atraído para outros, simplesmente por causa das oportunidades que se desenrolam no decorrer do cometimento do ato. O melhor exemplo vem de um roubo, que pode gerar vários tipos de crime no local, incluindo um porte de armas, um assalto ou um estupro dentro de uma casa.

Segundo Noronha (2007. p. 82) o conceito material do crime é: “Crime é a conduta humana que lesa ou expõe a perigo um bem jurídico protegido pela lei penal. ” E tendo a visão de Giuseppe Maggiore (1951) que: “Crime é qualquer fato do homem, lesivo de um interesse, que possa comprometer as condições de existência, de conservação e de desenvolvimento da sociedade. ”

2.1 Cidade como Inibidor de delitos

Para Newman (1972) uma concentração de criminosos em potencial realmente aumenta a taxa de criminalidade. Assim, grandes projetos de baixa renda ou projetos de baixa

renda cercados por outros projetos de baixa renda, sofrem uma taxa de criminalidade maior que os projetos pequenos ou isolados.

Uma grande descoberta realizada foi que a influência da altura da construção e a quantidade de entradas aumentam a taxa de criminalidade independentemente da característica sociais dos habitantes, mostrando assim um papel importante na redução de crimes, embora as características socioeconômicas ainda exerçam grande influência. Quanto mais residentes tiverem de compartilhar áreas comuns, mais difícil será reivindicá-las, quanto mais difícil é para distinguir os moradores de intrusos e também mais difícil será entrar em um acordo com outros residentes do cuidado e controle dessas áreas. O tamanho do edifício tem efeitos importantes sobre o medo do crime e sobre a instabilidade da comunidade, independentemente dos fatores socioeconômicos, gerenciais, de propriedade, da polícia e do serviço de guarda. A instabilidade da comunidade foi medida pelo volume de negócios dos apartamentos e pelas taxas de vagas e pelo desejo de mudança dos moradores.

A prevenção do Crime através do Espaço Construído (CPTED) tem sua fundamentação na teoria que a transformação e a utilização do espaço construído pode ser usado para inibir delitos e reduzir a sensação de insegurança, aumentando assim a qualidade de vida, a valorização do território e aumentando a taxa de emprego no local.

Em 1971 o criminalista C.Ray Jeffery publica seu livro Crime Prevention Through Environmental Design, no qual pontua quatro princípios básicos do CPTED:

- 1. Vigilância Natural: A vigilância Natural é o estado de um ambiente estar constantemente sendo observado por sentidos humanos, tanto a parte da visão como a parte da audição. Esse princípio dispensa o uso de equipamentos eletrônicos como câmeras, o risco é percebido naturalmente pelas pessoas reduzindo assim o risco de cometimento de crimes, nesse sentido a vigilância natural garante que qualquer conduta no espaço urbano esta sendo observada por terceiros e ocupantes das residências adjacentes. O ambiente deve possuir iluminação suficiente, a linha de visão das pessoas deve ser mantida, os elementos de paisagem não podem obstruir a visão de terceiros e o local deve ter relação ativa com o bairro adjacente.



Figura 1.2 – Vigilância Natural através de janelas e varandas

FONTE : Cartilha - City of Portland Crime Prevention Program 2015

- 2. Controle de Acesso Natural: No controle de Acesso Natural a entrada de pessoas é direcionada com estratégia para áreas onde já existe vigilância. Além de controlar a entrada das pessoas, também proporciona a sensação de que a fuga está sempre em risco, dependendo da situação. As áreas de circulação devem ser marcadas e as entradas projetadas para uma circulação de pedestres segura e acessível.



Figura 1.3 – Controle de entrada através de portaria

FONTE : Cartilha - City of Portland Crime Prevention Program 2015

- 3. Reforço Territorial: Reforço Territorial é usado para marcar a propriedade dos usuários. É possibilitado criando uma área segura e assegurando que esteja bem definida, marcando a transição de espaço público para o espaço privado. A ideia é criar um senso de fronteira, não necessariamente usando muros, algo não aconselhável, sendo cabível o uso de cercas vivas em altura mediana como alternativa. Porém a manutenção é algo primordial desse princípio, um ambiente bem cuidado e limpo, demonstra que reside alguém naquele ambiente, e que constantemente está sendo visto.



Figura 1.4 – Mudança de espaço público através da elevação da calçada e canteiros de flores

FONTE : Cartilha - City of Portland Crime Prevention Program 2015

- 4. Manutenção e Gestão: Esse princípio se relaciona com a forma com que as pessoas cuidam do seu espaço, zelando e limpando. Está relacionado com o Reforço Territorial, se o ambiente estiver descuidado, com mato alto e janelas quebradas como exemplo, podem ser áreas para o desenvolvimento de atividades criminosas. A escolha dos materiais e tipo de vegetação no planejamento do projeto também tem certa significância nesse princípio, por exemplo, ao escolher uma vegetação para a residência deve se atentar para as características quando madura para não obstruir o campo de visão futuramente.



Figura 1.5 – Má visualização da fachada da casa

FONTE : Cartilha - City of Portland Crime Prevention Program 2015

É importante destacar que a teoria de Newman baseia-se nas observações e estudos de Jeffery, porém o modelo desse último autor é mais compreensivo e integrado se comparado com o modelo criado por Newman, que se concentra no ambiente físico construído como um todo.

D. Crowe (1994) trouxe algumas estratégias a serem usadas no combate ao crime através do design urbano.

- Fornecer uma transição claramente marcada de público a semipúblico a privado espaço.
- Localize áreas de coleta em locais com vigilância natural e controle de acesso e longe da visão de potenciais infractores.
- Coloque atividades seguras em locais inseguros, e atividades inseguras em locais seguros.
- Fornecer barreiras naturais a conflitos actividades.
- Melhorar o agendamento do espaço para proporcionar uma intensidade efetiva e crítica de usos.
- Espaço de design para aumentar a percepção de vigilância natural.

2.2 Críticas ao planejamento espacial

Os vários conceitos em prevenção da violência e redução do crime através de desenho urbano vêm enfrentando resistência devido a uma série de obstáculos. A falta de recursos públicos para iniciar as mudanças físicas e operacionais necessárias para a aplicação

das metodologias é um deles. Ao mesmo tempo, a falta de consenso por parte das autoridades públicas, arquitetos, urbanistas e usuários do espaço urbano dificulta o processo de decisão. A resistência diante de mudanças e da cooperação e participação de todos é essencial para o uso dos métodos complica mais a situação. E, por último, continuam as dúvidas quanto à eficácia dos resultados que possam ser alcançados através das intervenções mencionadas.

Nesse último caso é difícil relacionar o sucesso de certas intervenções preventivas unicamente ao fato de ter sido usado os métodos de planejamento do espaço. Em casos mais simples, modificações urbanísticas mostram efeito, como no caso da redução de assaltos e, principalmente, de estupros ruas escuras que foram revitalizadas apenas colocando a iluminação adequada. A limpeza dos terrenos, a transformação urbanística para uso comum e a iluminação pública eliminam a problemática específica de algumas ruas. Mas esse tipo de intervenção muitas vezes não tem nenhum impacto de longo prazo sobre o comportamento dos criminosos que cometeram seus delitos naquela área.

A área de atuação deles geralmente é mudada para outro bairro com características favoráveis, diferentemente daquele após a alteração. A maior controvérsia referente à prevenção através do desenho urbano é na influência da decisão do delinquente com intenções criminosas de cometer um crime em certos lugares, fato não amparado pelas estratégias de intervenção espacial. Pessoas prestes a violar a lei tomam essa decisão com base em percepções de necessidades, avaliação de riscos de serem detidos, lucro esperado e demais fatores relacionados. Se o risco é maior e o lucro menor, muitas vezes o infrator simplesmente realiza o traslado para outro lugar mais favorável para a ocorrência do mesmo crime.

Planejamento urbano e desenho do espaço público contribuem para a melhoria de segurança do lugar de intervenção, mas existe a possibilidade de que o crime simplesmente mude para outra área menos protegida. Por isso a importância de aplicar a prevenção de crimes em todas as cidades, proporcionando assim uma maior eficiência do programa.

3 . Metodologia

O presente artigo científico buscou estudar a importância dos conceitos do CPTED pela Polícia Militar e demais órgãos de segurança para redução dos índices de criminalidade e aumento da sensação de segurança de Valparaíso/GO, considerando-se o período entre 2017 a 2018, período este em que foi recepcionado os novos alunos do curso de Formação de Praças (CFP). Neste contexto, é importante salientar que o referido município de

Valparaíso foi objeto deste estudo em função da sua elevada taxa de criminalidade em consideração aos municípios adjacentes.

Assim sendo, para confecção deste trabalho foram utilizadas obras bibliográficas, pesquisas em sites correlacionados e questionário. Inicialmente, mediante consulta a obras bibliográficas, examinou-se a importância da utilização dos conceitos apresentados para redução dos índices de criminalidade primando inicialmente pelos critérios de Visibilidade e Territorialidade, levando em consideração os papéis tanto da Polícia Militar quanto da população em geral.

Para se verificar o quesito percepção de segurança através da territorialidade, foi perguntado aos entrevistados “Como você se sente em relação à segurança na praça?” Foi apresentado o formato em escala de cinco categorias (1 “totalmente inseguro” a 5 “totalmente seguro”). A mesma escala foi usada para verificar territorialidade e visibilidade do local.

3 . 1 Procedimentos

As entrevistas foram aplicadas no interior do 33^a Batalhão de Polícia Militar ao longo do mês de março nos horários da troca de plantão, de modo que não atrapalhasse as atividades diárias. Como forma de coleta, foi elaborado questionário individual sobre Territorialidade e Visibilidade. As perguntas do mesmo foram montadas a partir da ideia do CPTED. Foi necessário preservar os objetivos da pesquisa e os conceitos apresentados.

Os questionários foram impressos de formas distintas, tendo sua diferenciação dada pela ordenação das questões listadas, diminuindo assim o viés da escolha dos entrevistados. A justificativa da escolha do plano amostral por conveniência deu-se ao fato de não ser possível realizar o levantamento com exatidão da população de frequentadores da praça e de um esquema de seleção de amostra no qual oneraria ainda mais a pesquisa em tempo e recursos, tão logo apesar dos policiais entrevistados conhecerem a praça, não trabalham na área, diminuiria ainda mais alguma influência que poderiam ter se trabalhassem no local, no serviço diário. Na análise, rasuras, perguntas com mais de uma alternativa assinalada quando apenas uma era possível ou em branco não foram consideradas.

O questionário com 10 perguntas apresentado pessoalmente à 10 policiais militares, que deveriam responder o mesmo baseando em fotos tiradas do local, foi levando em consideração tanto o quantitativo que atua na parte operacional quanto os que trabalham

na parte administrativa do quartel, incluindo tanto o quadro de praças quanto o de oficiais, sendo disponibilizado aos mesmos 8 minutos para responder de forma individual.

Na pergunta de número 7 foi apresentado o conceito de territorialidade bem como uma breve explicação para os participantes que tiveram dúvida a respeito sobre o referido princípio.

4 . Resultados

Da pesquisa foi excluído um caso por ter apresentado respostas sem consistência. No citado questionário foi atribuída a mesma nota em todos os itens.

Em face dos resultados alcançados e para uma melhor organização, o questionário foi dividido em três fatores distintos: Percepção de segurança (questões 1,2,3), Vigilância Natural (questões 4, 5, 6) e Territorialidade (questão 7).

Com os resultados pode-se verificar que a sensação de segurança varia de acordo com o sexo dos policiais selecionados. As mulheres (3 policiais) sentiram uma maior insegurança do que os policiais de sexo masculino (6 policiais), não sendo verificada, porém, uma correlação entre as idades dos mesmos e medo do crime. As fotos I e III geraram maior desconforto, sendo alegada a falta de cuidado e a quantidade de pichações, além de iluminação apropriada nos ambientes em questão.

Das amostras, 60% dos respondentes possuíam ensino superior completo ou estavam cursando, não sendo possível verificar a relação do medo do crime com o nível de escolaridade. Ambos os sexos relataram uma alta vigilância natural, alegando que os espaços apresentados eram campos abertos, possibilitando, assim, uma visão plena do ambiente em questão (8 de 10 respondentes).

O inverso se verificou na questão da Territorialidade. Devido à má manutenção do patrimônio público em questão, relataram que o ambiente não trazia uma sensação de zelo e nem de que o local era constantemente vigiado, tornando um ambiente inseguro e insípido (8 de 10 respondentes).

Apesar da pouca diferença de idade entre os respondentes (33-54 anos) não foi possível atribuir uma relação da idade com a sensação de insegurança e territorialidade devido à homogeneidade nas respostas.

5 . Discussão

O trabalho em questão foi elaborado para verificar a influência do design do espaço público com o medo recorrente do crime. As fotografias foram usadas como estímulo para as respostas dos colaboradores, sendo utilizadas fotos nas quais refletiam a Vigilância Natural e Territorialidade conferidas pela CPTED. Os resultados vistos serviram para constatar as informações apresentadas anteriormente na literatura nacional e internacional a respeito da sensação de insegurança e medo do crime por meio do design ambiental trazido pela teoria do CPTED relatada por autores como C.Ray Jeffery, Newman e Jacobs.

Alguns respondentes, apesar de pertencerem a uma força de segurança pública, relataram que o fato da profissão policial poderia influenciar na sensação de segurança, principalmente pelo fato de andarem armados. Mas, na prática, não é bem assim, pois, dependendo do local observado, ainda nota-se um certo sentimento de insegurança .

Verifica-se que uma das fotos sobre a Territorialidade (Foto 1) teve o resultado esperado alcançado, sendo esta a imagem com menor escore de avaliação, em razão do mobiliário urbano apresentando pichações e, também, por não possuir uma iluminação adequada no período noturno. Esse resultado ainda pode ter sido influenciado pelo viés de ângulo da imagem ou até da presença dos respondentes no período noturno no local. Como o questionário não abriu espaço para julgamentos relativos, as respostas puderam ser claras e concisas.

Não foi verificado um efeito relevante do medo do crime com os candidatos que possuíam ou não filhos. O mesmo fato ocorreu em relação à diferença de idade dos respondentes.

Um resultado interessante que chamou a atenção foi que, apesar das respostas mostrarem que as áreas tinham uma boa visibilidade, o nível de segurança sentido em cada uma delas era bastante elevado, passando, então, a ideia de que apenas um dos princípios presentes de forma isolada em um ambiente não é suficiente para que o mesmo seja considerado seguro num todo, necessitando de uma complementação, seja ela com controle de acesso ou com uma iluminação apropriada.

A pesquisa também contribuiu para que os entrevistados tomassem ciência do combate ao crime por meio do design urbano, pois, dependendo da localidade das ocorrências, o policial já chega preparado para agir ou orientar as vítimas a respeito do combate ao crime, com uma abordagem diferente, evitando, assim, futuras transgressões em locais vulneráveis.

Por fim, as diferenças dos resultados apresentados, somados com as ações do CPTED, mostram que a remoção de obstáculos que impedem a correta visualização do ambiente público. Uma correta iluminação e uma constante manutenção territorial devem

obter uma atenção prioritária, merecendo destaque no combate aos delitos tanto nas experiências trazidas por outros países, quanto nas vivenciadas no cotidiano da população brasileira.

6 . Considerações Finais

Um dos temas mais discutidos na modernidade no assunto de segurança pública é a insegurança da população. Entretanto é sabido que são insuficientes os esforços do Estado em tratar da prevenção do crime, sendo que este gasta a maioria dos seus recursos com o combate ao delito, dando então prioridade a ocorrências reativas no lugar de ocorrências proativas. A prevenção criminal pelo design do ambiente (CPTED) traz os elementares do conhecido “Triângulo do Crime” no qual necessitam da Vítima, do Criminoso e da Oportunidade e com isso os conceitos de Vigilância Natural, Controle de Acesso, Manutenção e Reforço Territorial.

Dos princípios da CPTED podemos definir a Territorialidade e a Vigilância Natural (vigilância) como os pontos mais importantes para serem trabalhados. O usuário é o mais colaborador e o mais interessado para que o ambiente em sua volta seja um habitat seguro e confiável, fazendo assim com que os esforços apresentados sejam de importância para a comunidade local como um todo.

As fotografias apresentadas no trabalho refletiam ambientes que retratavam elementos da CPTED, mesmo que em diferentes proporções. Para se obter um resultado mais preciso e isolado da Territorialidade e da Vigilância Natural, as perguntas foram precedidas de explanações, como exemplo: Quanto à visibilidade (onde as pessoas veem e são vistas estando usando a área pública) onde o respondente poderia ter dúvidas sobre o assunto.

Em futuras pesquisas, para utilização dos dados apresentados no trabalho, sugere-se outros instrumentos de coleta de informação, como exemplo: Que os participantes conheçam pessoalmente o local das fotografias, aguçando os estímulos dos entrevistados. Embora os princípios do CPTED já terem sido testados em outros países, também podem ser explorados participantes de nacionalidades diversas usando o mobiliário local.

7. REFERÊNCIAS

BOBA, Rachel. Crime Analysis With Crime Mapping. Florida Atlantic University, 2009.

BONDARUK, Roberson Luiz. A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano. Curitiba: Capital, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado 1988.

Castells, Manuel. Problemas de investigação em Sociologia Urbana (1984, pg.92)

FELSON, M.; CLARKE, R. V. Opportunity Makes the Thief: Practical theory for crime prevention. London: Police Research Series, 1998. 98p.

JEFFERY, C. Ray. Crime Prevention Through Environmental Design. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1971.

MAGGIORE, Giuseppe. Direito Penale. v. I, 5ª ed. Bolonha: Nicola Zanelli. 1951. p. 189.

NEWMAN, Oscar. Defensible Space: Crime Prevention Through Urban Design. New York: Macmillan, 1972.

WEBER, Max A Política como Vocação. Alemanha 1919

ZAMITH, José Luís. CPTED (Crime Prevention Through Environmental Design): Uma (nova) técnica na arte da Prevenção. Disponível em <www.segurancaeriscos.blogspot.com.br>. Acesso em 15 nov. 2013.



Anexo A: Questionário do Estudo de Territorialidade da Praça da Etapa A



ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Este questionário tem por objetivo verificar sua percepção sobre a segurança Na Praça da Etapa A Valparaíso I-GO.

O preenchimento do questionário, deverá ser avaliado os itens seguintes.

1. Em uma escala de 1 a 5, considerando 1 totalmente inseguro e 5 totalmente seguro, como você avalia o ambiente retratado na foto1?

1	2	3	4	5
()	()	()	()	()

2. Em uma escala de 1 a 5, considerando 1 totalmente inseguro e 5 totalmente seguro, como você avalia o ambiente retratado na foto2?

1	2	3	4	5
()	()	()	()	()

3. Em uma escala de 1 a 5, considerando 1 totalmente inseguro e 5 totalmente seguro, como você avalia o ambiente retratado na foto3?

1	2	3	4	5
()	()	()	()	()

4. Quanto à visibilidade (onde as pessoas veem e são vistas estando usando a área pública), em uma escala de 1 a 5, considerando 1 baixa visibilidade e 5 muita visibilidade, como você avalia a foto1?

1	2	3	4	5
()	()	()	()	()

5. Quanto à visibilidade (onde as pessoas veem e são vistas estando usando a área pública), em uma escala de 1 a 5, considerando 1 baixa visibilidade e 5 muita visibilidade, como você avalia a foto2?

1 2 3 4 5
 () () () () ()

6. Quanto à visibilidade (onde as pessoas veem e são vistas estando usando a área pública), em uma escala de 1 a 5, considerando 1 baixa visibilidade e 5 muita visibilidade, como você avalia a foto3?

1 2 3 4 5
 () () () () ()

7. Do ponto de vista da territorialidade (local é bem cuidado, demonstra zelo, vigiado, etc.), em uma escala de 1 a 5, considerando 1 baixa territorialidade e 5 muita territorialidade, como você avalia a foto3?

1 2 3 4 5
 () () () () ()

8. Sexo:

8.1. () Masculino () Feminino

9. Qual sua idade? _____ anos

10. Qual sua escolaridade?

10.1. Fundamental incompleto ()

10.2. Fundamental completo ()

10.3. Médio incompleto ()

10.4. Médio completo ()

10.5. Superior incompleto ()

10.6. Superior completo ()

Hora:

Local:

Agradeço a participação!



Foto 1 – Pista de Skate



Foto 2 – Área de Exercícios



Foto 3 – Área Principal da Praça